

ENTRE A UNIVERSIDADE E O CHÃO DA ESCOLA: CONTRIBUIÇÕES DO PIBID INTERDISCIPLINAR PARA A DOCÊNCIA ESCOLAR INDÍGENA EM RORAIMA

Altina dos Santos Gabriel
Eullir da Silva Bento

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as contribuições que o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) proporcionou para uma professora em formação na educação básica, atuando como bolsista do subprojeto Interdisciplinar da Licenciatura Intercultural da UFRR. As atividades desenvolvidas promoveram uma evolução no olhar docente em construção, contribuindo significativamente para minha formação inicial e continuada, mesmo já estando em sala de aula. Na prática, um dos objetivos primordiais é a inserção dos licenciandos no cotidiano das escolas da rede pública de educação, oferecendo-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes inovadoras e interdisciplinares, visando a superação

dos desafios identificados no processo de ensino-aprendizagem. As atividades foram fundamentadas nas teorias educacionais de Paulo Freire, enfatizando a importância da linguagem e do diálogo entre bolsistas, professores, supervisores e alunos, dinamicamente interagindo e aprimorando-se continuamente. Os resultados obtidos demonstraram que o conhecimento adquirido foi extremamente valioso para minha formação docente enquanto professora em sala de aula. Destacam-se a elaboração de propostas pedagógicas na área de Comunicação e Artes, bem como o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao letramento acadêmico e digital.

PALAVRAS-CHAVE Formação de professores. Educação escolar indígena. Relato de experiência.

■ Introdução

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) constitui uma das frentes da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação. Sua finalidade é fomentar a iniciação à docência, contribuindo tanto para o aperfeiçoamento da formação inicial em nível superior quanto para a elevação da qualidade da educação básica pública brasileira (Brasil, 2023).

Nesse contexto, o programa promove a inserção de discentes matriculados na primeira metade dos cursos de licenciatura no cotidiano das escolas públicas. Para viabilizar a execução dos projetos institucionais, o PIBID concede bolsas de estudo aos licenciandos, aos professores da educação básica que atuam como supervisores e aos docentes das Instituições de Ensino Superior (IES) envolvidos na coordenação.

Dessa forma, a iniciativa desempenha um papel fundamental na trajetória acadêmica e profissional dos futuros professores. Segundo Baptista e Moscardini (2019), essa relevância pode ser sintetizada em quatro eixos principais:

1. Integração Prática com a Sala de

“ 1. Integração Prática com a Sala de Aula: Diferentemente dos estágios curriculares, que geralmente ocorrem nas etapas finais dos cursos, o PIBID permite que o futuro professor tenha um contato direto com a sala de aula e com o contexto escolar desde o início. Isso colabora para uma visão mais completa da docência e para o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao ensino e à aprendizagem. 2. Associação entre Teoria e Prática: Por meio do PIBID, os licenciandos podem associar os estudos teóricos realizados na universidade à realidade das escolas públicas brasileiras. Essa conexão é fundamental para a formação de professores, pois permite que eles compreendam as nuances do ambiente escolar e apliquem seus conhecimentos de forma prática. 3. Atividades no PIBID: Durante a vigência do programa, os participantes têm a oportunidade de realizar diversas atividades. Por exemplo: Aplicação de Sequências Didáticas: Isso envolve o ensino de gêneros textuais orais e escritos. Discussão de Métodos de Correção de Produções Textuais: Isso ajuda a aprimorar as habilidades de avaliação e feedback. Oficinas Literárias: Essas atividades podem ser

voltadas para vestibulandos, promovendo o contato com a literatura e a expressão criativa. 4. Construção da Identidade do Professor em Formação: O PIBID desempenha um papel significativo na construção da identidade profissional dos futuros educadores. Essa experiência vivenciada no programa contribui para a formação prática e teórica, preparando-os para oferecer um ensino de qualidade, mesmo diante das dificuldades e obstáculos existentes (Baptista, Moscardini, 2019, p.19 grifos dos autores).

Segundo as autoras supracitadas, o programa desempenha papel fundamental na formação inicial docente ao inserir os bolsistas na realidade cotidiana das escolas públicas. Esse engajamento propicia o acúmulo de experiências práticas que, articuladas à reflexão crítica sobre o sistema de ensino, contribuem para a constituição da identidade profissional do licenciando.

As atividades descritas vincularam-se ao subprojeto do curso de Licenciatura Intercultural, do Instituto

Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima (UFRR). O processo seletivo para bolsistas e supervisores, iniciado em outubro de 2022, foi reordenado para o regime de fluxo contínuo em março de 2023, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Edital n.º 009/2023 da Pró-Reitoria de Graduação da UFRR.

Ressalta-se que o subprojeto PIBID Interdisciplinar da Licenciatura Intercultural fundamenta-se nos princípios da pesquisa-ação. Dado que o ingresso no programa exige a compreensão das múltiplas dimensões da educação básica, a adoção de uma metodologia que abarque a complexidade do ambiente escolar torna-se imperativa. Nesse contexto, a pesquisa-ação configura-se como uma abordagem adequada, caracterizando-se pela investigação baseada na autorreflexão coletiva de um grupo social. Tal método visa aperfeiçoar a racionalidade e a justiça das práticas educacionais, além de ampliar a compreensão sobre os contextos em que estas se desenvolvem (Tripp, 2005).

A aplicabilidade da pesquisa-ação no campo educacional decorre de sua capacidade de articular a prática cotidiana ao rigor da pesquisa acadêmica por meio de ciclos sistemáticos. A seguir, apresentam-se as características estruturantes dessa metodologia:

“ *se pautam nas ideias principais desse tipo de pesquisa: o problema, a ação, a reflexão, a intervenção, a transformação e a construção de conhecimento, pois de acordo com Tripp (2005), a Pesquisa ação começa pelo reconhecimento da situação, se direciona por um ciclo interativo, utiliza a investigação-ação em todas as fases do estudo, e considera a reflexão como fator essencial ao processo, mobilizando os sujeitos para ações práticas (Silva, Oliveira, Ataídes, 2021, p.7).*

Consoante a perspectiva desses autores, a dinâmica da pesquisa-ação viabiliza a identificação de intervenções eficazes para o aprimoramento de práticas específicas, ao fomentar o engajamento do pesquisador e a participação ativa dos sujeitos na elaboração de soluções para as problemáticas observadas. Sob essa ótica, a metodologia fundamenta-se em um processo

colaborativo que busca a indissociabilidade entre teoria e prática, visando à produção de conhecimento e à transformação social dos participantes.

As atividades desenvolvidas em cada módulo contemplaram a formação teórica docente, iniciando-se com a análise bibliográfica de autores referenciais da área educacional. Subsequentemente, aplicou-se a pesquisa-ação para o diagnóstico da realidade escolar e comunitária, com ênfase nos processos de ensino e aprendizagem em sala de aula. Esse diagnóstico serviu de subsídio para a elaboração de uma proposta pedagógica interventiva.

Estruturalmente, este trabalho organiza-se em duas seções principais. A primeira dedica-se ao desenvolvimento, no qual se descrevem as atividades executadas no âmbito do programa por meio de um relato de experiência. A segunda seção compreende as considerações finais, que reúnem as reflexões do bolsista acerca da execução das tarefas, com destaque para as aprendizagens consolidadas e os desafios enfrentados durante o percurso.

PIBID e a formação do docente indígena: descrição dos relatos

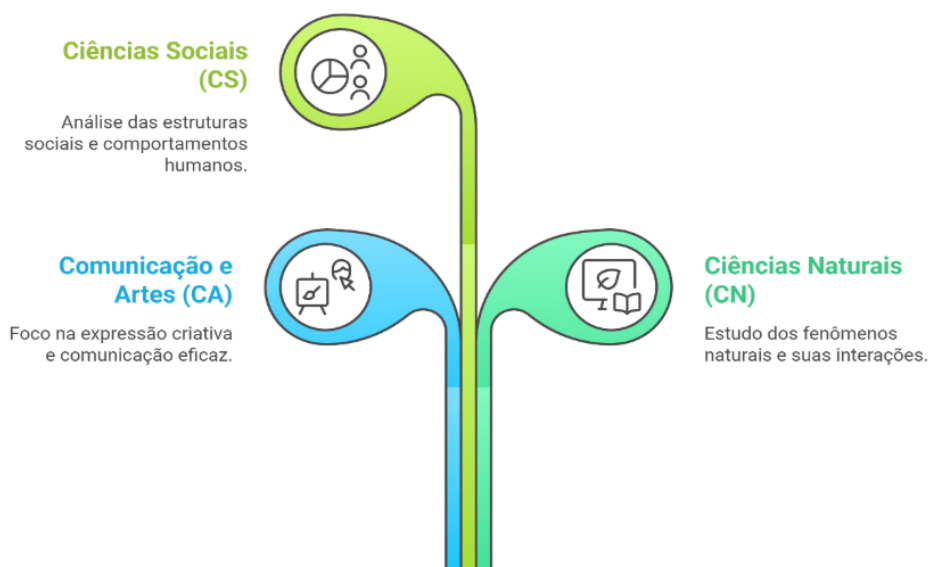
Nesta seção, serão descritas as atividades realizadas no âmbito do PIBID, com destaque para o subprojeto interdisciplinar da Licenciatura Intercultural da UFRR. Entre as bolsas destinadas aos cursos de licenciatura ofertados pela instituição, o referido subprojeto contou com 24 bolsistas de iniciação à docência durante sua vigência, a qual se estendeu de novembro de 2022 a abril de 2024, totalizando 18 meses.

Dada a natureza interdisciplinar do projeto e a organização

curricular do curso por áreas de conhecimento, a iniciativa

integrou discentes das habilitações em Comunicação e Artes (CA), Ciências da Natureza (CN) e Ciências Sociais (CS). Este relato vincula-se à área de CA, campo de formação da bolsista. Ressalta-se, contudo, que as atividades dos dois semestres iniciais foram compartilhadas por todos os participantes; a individualização das ações nas instituições de ensino e a elaboração das respectivas propostas pedagógicas ocorreram exclusivamente no último semestre do programa.

Figura 01 – Interdisciplinariedade no curso de Licenciatura Intercultural da UFRR.



Fonte: Autores (2024).

Os encontros formativos foram realizados semanalmente, às quintas e sextas-feiras, durante a etapa presencial da Licenciatura Intercultural (semestres 2023.1, 2023.2 e 2024.1). Adicionalmente, desenvolveram-se atividades na comunidade indígena e, sucessivamente, na unidade escolar de aplicação da proposta pedagógica. Em todas as etapas, a supervisão docente garantiu a orientação técnica e o suporte pedagógico necessário aos licenciandos.

No primeiro semestre, as atividades priorizaram oficinas de leitura voltadas ao referencial teórico sobre educação, processos de ensino-aprendizagem e formação docente. Nesse âmbito, destaca-se a concepção de educação formulada por Dias e Pinto (2019, p. 449), que postula:

“ *A educação é, desde a sua gênese, objetivos e funções, um fenômeno social, estando relacionada ao contexto político, econômico, científico e cultural de uma determinada sociedade. O ato de educar é um processo constante na história de todas as sociedades, não é o mesmo em todos os tempos e lugares, e é, em sua essência, um processo social.* ”

Além disso, educação e sociedade se correlacionam porque a primeira exerce forte influência nas transformações ocorridas no âmago da segunda.

Os referidos autores ressaltam que a educação constitui um processo social intrínseco a uma determinada concepção de mundo, a qual define os objetivos educacionais em conformidade com as hegemonias ideológicas de uma sociedade. Nesse sentido, a educação não deve ser interpretada de forma fragmentada ou como uma abstração universal; ao contrário, configura-se como uma prática social historicamente situada em uma realidade concreta (Dias & Pinto, 2019).

Os encontros formativos detalhados adiante são apresentados em ordem cronológica. Referidas atividades foram desenvolvidas presencialmente entre os meses de janeiro e março de 2023, conforme a sistematização apresentada no Quadro 1.

Quadro 01 – Encontros formativos realizados no primeiro semestre.

Encontro Formativo	Atividades
01	Seminário Institucional do PIBID da UFRR
02	Oficina de Treinamento em pesquisa em bases de dados e bibliotecas digitais
03	Oficina de Normas Técnicas e Científicas da UFRR
04	Letramento Digital
05	Palestra formativa sobre Mapas Mentais na Educação Básica
06	Avaliação e encaminhamentos das próximas atividades

Fonte: Autores (2024).

Destaca-se a oficina de informática ministrada por docente colaboradora do Colégio de Aplicação da UFRR, cujo objetivo consistiu no desenvolvimento de competências instrumentais para a elaboração dos diagnósticos em curso. Tal etapa configurou-se como um elemento relevante para a formação profissional voltada à educação básica. Posteriormente, houve a participação no I Seminário Institucional do PIBID/UFRR, evento que reuniu palestras e oficinas direcionadas à formação docente. Nesse âmbito, sobressaiu a conferência proferida pela coordenadora institucional do programa, a qual viabilizou a ampliação do conhecimento teórico e o esclarecimento de lacunas remanescentes sobre as diretrizes do programa.

Sequencialmente, realizou-se o

treinamento para pesquisa em bases de dados, bibliotecas digitais e normas técnicas, conduzido pela equipe da Biblioteca Central da UFRR. Essa formação demonstrou-se fundamental ao subsidiar a busca bibliográfica e a redação do relatório de diagnóstico. Ademais, a oficina contribuiu para o levantamento do referencial teórico das atividades em execução e para o atendimento de demandas acadêmicas transversais, especialmente na elaboração de produções científicas relativas aos temas contextuais do programa.

O letramento acadêmico e digital é imprescindível na formação docente contemporânea. Observa-se que parte dos

licenciandos ainda não possui o domínio técnico necessário para o manuseio de tecnologias digitais e redes de informação, ferramentas que hegemonizam os processos comunicacionais da sociedade atual. O domínio desses recursos é essencial, particularmente no contexto da Licenciatura Intercultural Indígena. Sobre essa temática, Freitas (2010) corrobora tal perspectiva ao afirmar que:

“ [...] *compreendo letramento digital como o conjunto de competências necessárias para que um indivíduo entenda e use a informação de maneira crítica e estratégica, em formatos múltiplos, vinda de variadas fontes e apresentada por meio do computador-internet sendo capaz de atingir seus objetivos, muitas vezes compartilhados social e culturalmente (Freitas, 2010 p. 339-340).*”

Para a referida autora, é imperativo que os docentes compreendam os gêneros discursivos e as linguagens digitais mobilizados pelos discentes, com o intuito de integrá-los de forma crítica ao cotidiano escolar. Freitas (2010) salienta que tal integração não pressupõe o abandono de práticas pedagógicas consolidadas,

mas sim a incorporação de recursos digitais a estas. Nesse sentido, o letramento digital exige que professores e alunos se apropriem da tecnologia de maneira autônoma, conferindo-lhe funções sociais e pedagógicas em oposição ao consumo passivo. Portanto, o letramento digital transcende a dimensão meramente instrumental (Freitas, 2010).

Embora o contato inicial com as tecnologias digitais tenha revelado lacunas técnicas, a participação nas oficinas formativas possibilitou a ressignificação do computador, que passou a ser operado como instrumento de mediação pedagógica. Esse processo de letramento permitiu à bolsista não apenas a aplicação das normas da ABNT na produção textual, mas o uso de ferramentas tecnológicas para sistematizar e analisar cientificamente os desafios observados na Escola Estadual Indígena José Joaquim, tais como a precariedade infraestrutural e as barreiras no processo de aprendizagem em língua materna.

Posteriormente, houve a participação na palestra proferida pela coordenação do Programa Residência Pedagógica da Licenciatura em Geografia. O evento forneceu subsídios metodológicos relevantes para a pesquisa comunitária em curso, auxiliando na seleção e no tratamento dos dados destinados ao relatório diagnóstico. A atividade evidenciou a centralidade da investigação no espaço escolar e comunitário como estratégia para o aprimoramento do ensino e da aprendizagem na educação básica.

Adicionalmente, realizou-se uma oficina sobre a elaboração de mapas mentais como recurso didático. Essa formação ampliou os conhecimentos sobre a práxis docente ao demonstrar a viabilidade de transpor teorias para o ambiente de sala de aula, visando à mediação da construção do conhecimento pelos alunos. No segundo semestre, as atividades da etapa presencial abrangeram desde conferências até a apresentação dos diagnósticos da comunidade e da escola, cujos resultados compõem o relatório final deste programa.

Quadro 02 – Encontros formativos realizados no segundo semestre.

Encontro Formativo	Atividades
01	Palestra formativa da importância do PIBID na formação de professores.
02	Oficina sobre avaliação da aprendizagem no contexto educacional
03	Oficina sobre educação museal e políticas públicas voltadas para o ensino de música.
04	Oficina sobre produção textual: resenha.
05	Encontro Interdisciplinar PIBID História, Geografia e Licenciatura Intercultural

Fonte: Autores (2024).

A etapa formativa inicial consistiu na conferência ministrada pela coordenação institucional do PIBID, na qual se discutiu a relevância do programa para a constituição da identidade

docente. A interlocução direta com a instância coordenadora permitiu o esclarecimento de diretrizes normativas e pedagógicas fundamentais ao desenvolvimento do subprojeto.

Sequencialmente, realizaram-se três oficinas temáticas. A primeira abordou a avaliação escolar na educação básica e seus indicadores, visando instrumentalizar o licenciando para a análise dos processos de ensino-aprendizagem. Essa formação ofereceu subsídios teóricos acerca das finalidades e metodologias do ato avaliativo. A oficina subsequente tratou da educação musical e das políticas educacionais correlatas, evidenciando que o ensino de música atua como recurso para a construção de conhecimentos nas áreas de linguagem e no fortalecimento das manifestações culturais dos povos indígenas.

No que tange à avaliação da aprendizagem, as atividades alinharam-se à perspectiva de Gatti (2003), a qual postula a necessidade de o docente diversificar seus métodos avaliativos. Segundo a autora, é fundamental adequar os procedimentos aos objetivos de ensino, à natureza dos conteúdos e às especificidades dos discentes, de modo que a avaliação não apenas diagnostique o desempenho, mas atue como elemento estimulador da aprendizagem.

Quanto à dimensão da educação musical, as contribuições de Souza Junior e Fernandes (2023)

corroboram a importância dessa prática na escola. Os autores definem a musicalização como um processo de construção de conhecimento que potencializa a sensibilidade, a criatividade, a percepção rítmica e o desenvolvimento cognitivo. Além de fomentar a concentração e a socialização, a prática musical auxilia na consciência corporal e no fortalecimento dos vínculos afetivos no ambiente escolar. Em consonância com tal entendimento, Apolonio Filho (2022, p. 3) ressalta que:

“ *A música auxilia no desenvolvimento e aprendizagem, melhorando o desempenho das crianças, devendo ser trabalhada desde cedo no contexto escolar, pois, está ligada ao corpo, mente e emoções das pessoas e contribuindo para melhoria da vida de todos. [...] A música assume um papel enriquecedor sendo trabalhada na escola e proporcionando um grande enriquecimento. Cabe ao professor planejar suas aulas de uma maneira em que todos os alunos participem e que planejem bem quais os objetivos que pretendem alcançar através da utilização da música.*”

Adicionalmente, houve a participação na oficina de produção textual com ênfase no gênero acadêmico resenha. Tal atividade demonstrou-se fundamental para a consolidação do referencial teórico da proposta pedagógica, bem como para a redação do relatório final de diagnóstico, cujas etapas foram executadas durante o tempo-comunidade do curso. Por fim, as atividades presenciais do segundo semestre foram encerradas com a participação no minicurso sobre mobilização e suas interfaces com o campo educacional.

Com o objetivo de validar o alinhamento da investigação às diretrizes da supervisão, os dados coletados foram apresentados em sessão pública no Instituto de Geociências da UFRR. Esse momento de socialização foi determinante para o refinamento dos relatórios finais resultantes da imersão na comunidade e na escola. Ressalta-se que o processo de interlocução e crítica contou com a colaboração de bolsistas e docentes dos cursos de Licenciatura em Geografia e História da instituição, fortalecendo o caráter interdisciplinar do programa.

No que concerne à relevância da

socialização de dados preliminares em diagnósticos vinculados ao PIBID Interdisciplinar, destacam-se os argumentos de Vasconcelos, Bento e Souza (2024, p. 440). Segundo os autores:

“ [...] o PIBID é uma ação educativa fundamental para o fortalecimento da docência entre os povos indígenas, que, embora crescente, ainda é incipiente para o atendimento das populações indígenas de Roraima. O acesso à educação escolar indígena deve adaptar diretrizes gerais localmente, a fim de responder às especificidades e expectativas da realidade de cada povo. Assim, a diversidade cultural indígena em Roraima exige diferentes respostas do sistema educacional, considerando distintos processos históricos e culturais. Isso implica em considerar novos formatos e modelos do PIBID que considerem a pluralidade de realidades presentes no Brasil, e no caso deste relato, especificamente, em Roraima.

No terceiro e último semestre, as oficinas e minicursos foram fator impactante para a elaboração e finalização da proposta pedagógica oriundo da parte da pesquisa realizada nos dois primeiros semestres.

Quadro 03 – Encontros formativos realizados no terceiro semestre.

Encontro Formativo	Atividades
01	Oficina sobre estratégias para o ensino de Língua Portuguesa para não falantes.
02	Conferência Virtual sobre reflexões interculturais e propostas pedagógicas para o Ensino de Ciências.
03	Seminário Educacional Indígena – SEED.
04	Oficina sobre material lúdico sobre ensino de Ciências e Biologia
05	Palestra sobre o papel do Conselho Estadual de Educação na regulamentação das escolas públicas.

Fonte: Autores (2024).

A oficina sobre estratégias pedagógicas para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua foi determinante para a compreensão dos processos de aquisição de novos idiomas. Especificamente, a formação subsidiou a aplicação de componentes motivacionais no ensino de línguas, o que, no âmbito desta proposta pedagógica, voltou-se ao ensino da língua indígena Macuxi.

Em sua análise, Júnior (2021) identifica os principais óbices no ensino de Língua Portuguesa, ressaltando a preocupação histórica com a qualidade do ensino público brasileiro. O autor argumenta que as lacunas observadas desde os anos iniciais do Ensino Fundamental até o Ensino Médio configuram um processo de aprendizagem progressivamente defasado. Diante

desse cenário, Júnior (2021) destaca o esforço coletivo pela busca de metodologias inovadoras e pelo fortalecimento de práticas exitosas, visando ao desenvolvimento de concepções pedagógicas reflexivas que consolidem uma aprendizagem efetiva.

Adicionalmente, realizaram-se atividades formativas em ambiente virtual, incluindo uma conferência sobre reflexões interculturais e propostas pedagógicas para o ensino de Ciências, com ênfase na educação escolar indígena. Sequencialmente, a participação em palestra sobre etnomatemática agregou subsídios teóricos para a compreensão da interculturalidade e da interdisciplinaridade no currículo.

Sob a perspectiva intercultural, Gaudêncio (2022) critica a percepção de que o ensino de Ciências seja uma prática neutra nas escolas públicas. O autor argumenta que a pluralidade cultural da sociedade brasileira demanda uma educação que transcenda o etnocentrismo sociocultural. Historicamente, a instituição escolar ancora-se em matrizes ocidentais homogêneas, frequentemente silenciando alteridades culturais e reproduzindo desigualdades. Os currículos escolares, por conseguinte, revelam um caráter monocultural fundamentado em pressupostos universalistas que, equivocadamente, pressupõem uma homogeneidade cultural entre os sujeitos.

Complementarmente, houve a participação no seminário educacional indígena promovido pela Secretaria de Educação de Roraima, centrado na temática das novas identidades e saberes no contexto indígena. O evento articulou o planejamento e as práticas pedagógicas para o Ensino Fundamental (anos finais), Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), abordando as diretrizes do Novo Ensino Médio e do Documento Curricular de Roraima.

Prosseguindo com o cronograma formativo, realizou-se a oficina sobre materiais lúdicos para o ensino de Ciências e Biologia. Embora voltada às Ciências da Natureza, a atividade contribuiu para a confecção do material didático autoral que compõe esta proposta pedagógica, servindo como instrumento de intervenção na realidade escolar analisada. Guimarães (2019) corrobora que o caráter lúdico é fundamental para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa, pois potencializa o interesse e a criatividade do discente, facilitando a internalização de valores e a resolução de situações cotidianas com maior autonomia.

Ainda conforme Guimarães (2019), o ludismo configura-se como instrumento eficaz no ensino de Ciências ao otimizar o uso de recursos didáticos e estimular o raciocínio. Tais práticas favorecem uma relação dialógica e produtiva entre docentes e discentes, transformando o processo de ensino-aprendizagem em uma metodologia comprometida com a efetividade pedagógica, superando a mera transmissão de conteúdo.

Ao final desta etapa, assistiu-se à palestra sobre o papel do Conselho Estadual de Educação de Roraima na regulamentação da escola pública e das propostas pedagógicas indígenas. Compreendeu-se, nesse âmbito, o processo de credenciamento via projeto pedagógico unificado e a imperatividade do envolvimento comunitário na elaboração de documentos norteadores.

Na fase conclusiva do terceiro semestre, procedeu-se à elaboração da proposta pedagógica, fundamentada na pesquisa de campo realizada nos períodos anteriores. O processo contou com a orientação da supervisão, de docentes externos e da coordenação do PIBID. A versão preliminar foi submetida à socialização entre pares e supervisores, cujas contribuições foram incorporadas ao trabalho. Ressalta-se a relevância desse processo colaborativo e interinstitucional para a qualificação do projeto final.

Do resultado da pesquisa sobre diagnóstico da comunidade indígena Maruwai e Escola Estadual Indígena José Joaquim

A fundação da comunidade Maruwai remonta ao ano de 1980, a partir da fixação do grupo familiar liderado por Manuel Silva dos Santos e seu pai, José Joaquim, constituído inicialmente por oito indivíduos. Historicamente reconhecido como Teso do Maruwai, o território fora tradicionalmente ocupado por indígenas da etnia Wapichana, ancestrais dos fundadores, os quais haviam sido progressivamente expropriados de suas terras e dizimados pela ação de fazendeiros invasores.

A migração definitiva do grupo, oriundo da comunidade indígena Araçá da Serra, foi impulsionada pela escassez de recursos na

localidade de origem e pela viabilidade de subsistência no novo ambiente, caracterizado pela abundância de caça e pesca. A decisão de estabelecimento concretizou-se a despeito da iminência de conflitos fundiários com os ocupantes não indígenas que se apropriaram da área.

Durante o período inicial de reocupação, o topônimo original, Teso do Maruwai, foi temporariamente substituído por "Bala". Tal alteração semântica decorreu de um episódio de violência no qual um familiar de uma liderança local foi atingido por disparos de arma de fogo efetuados por indivíduos a serviço dos fazendeiros.

Em virtude da intensa resistência contra os invasores, a consolidação territorial da comunidade foi demarcada por embates que perduraram da década de 1980 até o ano de 2000.

No interstício entre 1980 e meados da década de 1990, registraram-se recorrentes ameaças e conflitos promovidos pelos latifundiários, que rechaçavam a presença indígena. Diante desse cenário, Manuel Silva dos Santos recorreu à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que, à época, ainda carecia de informações consolidadas sobre a referida tutela territorial. O processo de retomada envolveu significativos entraves institucionais e tentativas de cooptação, incluindo a oferta de elevadas compensações financeiras para o abandono da área. Tais propostas foram recusadas sob a



Figura 02 – Centro da Comunidade Indígena Maruwai
Fonte: Arquivo pessoal de Altina dos Santos Gabriel (2023).

premissa de que o valor ancestral e inestimável do território se sobrepuja ao capital oferecido.

A edificação estrutural da comunidade contou com redes de solidariedade intercomunitária, envolvendo moradores de localidades vizinhas, com destaque para Vista Alegre, Darora, Lago Grande, Xiriri, Roça, Limão e Caranguejo. A fundação de Maruwai catalisou uma mobilização sociopolítica mais ampla pela desintrusão dos posseiros da Terra Indígena São Marcos. Esse processo foi concluído em 2002, mediante a indenização de 101 posseiros, viabilizada por recursos provenientes de um convênio firmado entre a Eletronorte, a FUNAI e as comunidades indígenas locais.

Em 2006, em decorrência da retomada definitiva do território e da retirada dos invasores, a comunidade restituiu formalmente seu nome original, "Maruwai". Etimologicamente e geograficamente, o termo faz referência a uma serra situada a aproximadamente 400 metros da localidade, ao curso d'água que atravessa a região e a uma espécie vegetal latescente nativa, da qual se extrai resina.

A população atual é composta por 230 indivíduos, distribuídos em 37 núcleos familiares pertencentes às etnias Wapichana e Macuxi, cuja herança cultural é salvaguardada pelos anciãos. A base econômica da comunidade estrutura-se na pecuária e na agricultura familiar de subsistência. Complementarmente, a renda e a segurança alimentar são reforçadas pelas atividades de caça e pesca, pela comercialização de artesanato, pelo repasse de benefícios sociais e pela remuneração de servidores públicos alocados na região (tais como docentes e profissionais de saúde).

Do ponto de vista fitogeográfico, a vegetação predominante é o cerrado, localmente denominado lavrado, caracterizado por extratos arbustivos e herbáceos de médio e pequeno porte. O clima regional apresenta índices pluviométricos que configuram um ambiente úmido, influenciando uma heterogeneidade florestal que engloba matas ciliares e igapós adjacentes aos corpos hídricos, além de florestas estacionais semidecíduais nas formações serranas e em ilhas florestais dispersas pelo lavrado.

Os fragmentos florestais detêm importância estratégica para a

comunidade, tanto pela provisão de recursos madeireiros diretos (destinados à edificação de moradias, currais, cercas e à obtenção de lenha) quanto por outras finalidades ecológicas. O uso primordial do solo, no entanto, consiste na abertura de roças, visando ao aproveitamento das áreas com maior concentração de nutrientes, servindo também essas zonas florestais como habitat para a fauna local. Adicionalmente, a região apresenta expressiva riqueza hídrica e biológica, abrigando sistemas lacustres, biritizais e uma fauna diversificada, que inclui ictiofauna de grande porte (como o pirarucu), mamíferos aquáticos (como o peixe-boi), avifauna, diversas espécies silvestres e populações de cavalos asselvajados.

A organização sociopolítica da comunidade Maruwai estrutura-se de modo hierárquico e participativo, englobando as seguintes instâncias:

1º Tuxaua: autoridade máxima, incumbido da coordenação das atividades gerais e representação da comunidade;

2º Tuxaua: encarregado da substituição e apoio ao líder principal em suas ausências;

Capataz: responsável pela condução de atividades logísticas e trabalhos coletivos (mutirões);

Escola: instituição representada pelo corpo docente e pelo quadro técnico-administrativo;

Clube de Mães: organização civil composta por sua diretoria e por membros associados;

Igreja: esfera religiosa representada pela liderança pastoral e pela congregação;

Posto de Saúde: unidade de atendimento integrada por Agentes Indígenas de Saúde, Agente de Saneamento e pelo Conselho Local de Saúde.

No âmbito sociocultural, evidencia-se um esforço contínuo para a preservação da identidade

étnica, consubstanciado na valorização de manifestações tradicionais, tais como danças, repertório musical, sistema de crenças, culinária típica, grafismos, produção artesanal, manutenção da língua materna, costumes ancestrais, arquitetura vernacular e práticas lúdicas. Observa-se que, a despeito da inserção da comunidade em tradições religiosas cristãs, persiste um forte movimento de revitalização cultural.

Por fim, destaca-se que o território apresenta vias de acesso complexas, com trafegabilidade severamente restrita durante o período de maior pluviosidade (compreendido entre maio e outubro). Geograficamente, a comunidade situa-se a uma distância aproximada de 150 km da capital do estado, Boa Vista, e a uma distância praticamente equidistante da sede do município de Pacaraima.

Histórico da escola

A trajetória da escolarização na comunidade Maruwai iniciou-se em 1987 com a fundação da então Escola Elias Fraxe, formalmente reconhecida pelo Decreto n.º 025, de 12 de outubro de 1988.

Em seus primórdios, a instituição operava com a oferta dos anos iniciais do Ensino Fundamental (antiga 1ª à 4ª série), atendendo a um contingente de 20 discentes. A implantação dessa unidade de

ensino não atendeu apenas a uma demanda pedagógica, mas configurou-se como uma estratégia política da liderança local, Manuel Silva dos Santos, que vislumbrava na educação escolarizada um instrumento essencial para a defesa territorial e a autodeterminação de seu povo frente à resistência dos latifundiários invasores.

Para a concretização desse projeto, a comunidade articulou-se junto à Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Mediante a contrapartida comunitária da edificação do espaço físico, o órgão indigenista assegurou a alocação de recursos humanos (corpo docente), materiais didáticos, equipamentos permanentes e suprimentos para a alimentação escolar. Concomitantemente a esse processo, a infraestrutura local foi ampliada com a construção de uma pista de pouso e de uma unidade de saúde, fatores que catalisaram fluxos migratórios e a fixação de novos núcleos familiares (incluindo as famílias de Luiz Manduca, Paulino Andrade, Marcelino, Firmino Alfredo da Silva e Laurentino Manduca, além de contingentes oriundos das margens do rio Surumu).

. Acompanhando o crescimento demográfico da localidade, a

comunidade pleiteou ao Núcleo de Educação Indígena (NEI), em 1999, a expansão da oferta para os anos finais do Ensino Fundamental (5ª à 8ª série), demanda que foi efetivada no ano 2000 com a matrícula de 32 alunos. Posteriormente, em 2004, a instituição foi reestruturada por meio do Decreto n.º 5.609, sendo renomeada como Escola Estadual Indígena José Joaquim e absorvendo integralmente o acervo de sua predecessora.

Em 2003, emergiu uma preocupação coletiva acerca do êxodo de jovens egressos do Ensino Fundamental para centros urbanos como Boa Vista. Esse fenômeno migratório representava uma ameaça à manutenção da língua materna, dos costumes e da identidade sociocultural, essenciais para a futura autogestão do território. Como medida de mitigação, as lideranças reivindicaram a implantação do Ensino Médio Regular Diferenciado. O pleito foi deferido em 2004, culminando, em 2006, na primeira solenidade de formatura dessa etapa da educação básica, que certificou 16 discentes.

No âmbito das dinâmicas socioculturais, observa-se uma

uma transição religiosa significativa na história da comunidade. Originalmente, as sociabilidades locais eram pautadas por práticas tradicionais as quais incluíam festividades seculares e o consumo de bebidas fermentadas nativas, como o pajuaru, o caxiri e o mocororó. Contudo, a partir de propostas de inserção missionária (inicialmente lideradas pela pastora Maria Madalena e, subsequentemente, pelo pastor Cínze), a localidade vivenciou a introdução e a posterior consolidação da fé evangélica metodista. Atualmente, a comunidade identifica-se majoritariamente como evangélica, embora subsistam tensões e resistências por parte de indivíduos que buscam preservar as matrizes socioculturais e cosmológicas originárias.

Na referida época, a comunidade deliberou pela alteração da nomenclatura da instituição, substituindo "Elias Fraxe" por "José Joaquim", em homenagem a um dos patriarcas fundadores da localidade. Atualmente, os impactos socioprofissionais da escolarização são evidentes: diversos egressos do Ensino Médio exercem a docência na rede estadual. Dentre estes, registram-se seis professores efetivos (conforme dados de 2022) e quatro docentes em regime temporário, responsáveis pelo ensino da língua indígena. Ademais, ex-alunos ocupam posições estratégicas na prestação de serviços locais, exercendo funções como agente de saúde (1), agente indígena de saneamento básico (1), monitores da educação infantil municipal (2) e operadores de sistema de geração de energia vinculados à concessionária local (2).



Figura 03 – Foto da Escola Estadual Indígena José Joaquim
Fonte: Arquivo pessoal de Altina dos Santos Gabriel (2023).

No que tange à infraestrutura, a escola opera em instalações físicas não convencionais, edificadas por meio de esforço coletivo da própria comunidade. As atividades letivas desenvolvem-se em estruturas arquitetônicas tradicionais como malocas e barracões e em residências adaptadas para fins pedagógicos. Apesar de tais características estruturais, a instituição dispõe de um laboratório de informática equipado com dez computadores e acesso à internet. Do ponto de vista teleológico, a comunidade vislumbra a escola como um vetor fundamental para o alcance da autossustentabilidade local, com ênfase nas práticas agrícolas e pecuárias. Almeja-se, de igual modo, a formação de cidadãos críticos e propositivos, aptos a promover a conservação socioambiental e a atuar na revitalização do patrimônio

cultural indígena.

Destaca-se, outrossim, a expectativa comunitária de que as novas gerações ingressem no ensino superior em diversas áreas do conhecimento, com o propósito de que esses jovens retornem à localidade para subsidiar o desenvolvimento sociopolítico e administrativo de seu povo. Em termos de histórico de recursos humanos, entre o ano de fundação (1988) e 2017, o quadro funcional da escola mobilizou 55 docentes, um profissional de preparo de alimentação escolar, um secretário, dois assistentes educacionais e três profissionais de apoio técnico. Hodiernamente, a instituição mantém seu funcionamento organicamente integrado às matrizes arquitetônicas e socioculturais da comunidade Maruwai.

Da elaboração da proposta pedagógica - PP

Após a conclusão das etapas de diagnóstico comunitário e escolar, constatou-se, mediante a observação da prática docente em sala de aula, que os discentes apresentavam dificuldades na assimilação da língua materna Macuxi. Diante dessa problemática, elaborou-se uma proposta de

intervenção pedagógica. Cumpre salientar, contudo, que o referido projeto não chegou a ser executado. O escopo central dessa proposição consiste em promover o aprimoramento e o fortalecimento do ensino da língua indígena Macuxi.

Quadro 04 – Síntese da proposta pedagógica elaborada no PIBID.

Título	Suwisuwi': Inni'rî panpî' Makuusi maimu taa epu'nen yu'se e'nîto'1
Público-alvo	Alunos da 1ª série do ensino médio
Justificativa	O projeto visa aprimorar o ensino da língua indígena macuxi por meio de pesquisas, leitura e produção de pequenos textos que possibilitem a identificação de palavras escritas no idioma. O diagnóstico da escola e da comunidade revelou grandes dificuldades de leitura e escrita entre a maioria dos alunos, agravadas pela falta de espaços pedagógicos adequados. Essa carência prejudica o ensino e a aprendizagem, destacando a necessidade de atuar sobre esse problema. O projeto justifica-se pelo apoio insuficiente das autoridades governamentais à educação escolar indígena e, se aprovado, busca minimizar essa situação.
Objetivos	Geral: Promover a leitura e escrita em Macuxi com frases e textos curtos para valorizar saberes tradicionais e ancestrais. Específicos: Despertar o interesse dos alunos pela cultura e identidade; incentivar o aprendizado da língua Macuxi, focando em pronúncia, escrita e leitura; e reduzir as dificuldades de aprendizagem da língua Macuxi entre alunos do 1º ano do ensino médio.
Metodologia	Dá-se a mediante a realização de um debate inicial com os alunos para falar sobre a importância de manter viva a língua indígena Macuxi na comunidade e escola. Posteriormente, na sala de aula, será realizado a elaboração de materiais didático juntamente com os alunos, nessa elaboração a participação da professora bolsista será de extrema importância, pelo fato da orientação que será repassado aos alunos no desenvolvimento dessa atividade. Logo após a confecções dos materiais didáticos, se realizará por meio de uma roda de conversa com os alunos, a aplicação de um questionário pré-estabelecido com questões de perguntas para explorarem os seus ensino e aprendizagem e conhecimentos quanto as atividades culturais realizadas na comunidade.
Avaliação	Avaliação será feita através de um diagnóstico prévio, também será reaplicado outra vez no final. Para saber se realmente o aluno aprendeu algo estudado, naquele período.
Recursos	Lápis, caneta caderno papel A4, cola, lápis de cor e grampeador, cartolina régua e outros.

Fonte: Autores (2024).

A proposta de intervenção fundamenta-se na pesquisa, na leitura e na produção textual, instrumentos direcionados à identificação e à apropriação do vocabulário na língua indígena Macuxi. Para tanto, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: I. Fomentar o interesse discente pela cultura e identidade étnica; II. Promover a aprendizagem da língua Macuxi, com ênfase no desenvolvimento das competências de pronúncia, leitura e escrita; e III. Mitigar as dificuldades de aprendizagem linguística identificadas entre os estudantes do 1º ano do Ensino Médio.

O escopo teórico da proposta ampara-se em autores que investigam a sociolinguística e os direitos indígenas. Conforme Rodrigues (2011), o domínio da linguagem (enquanto atividade discursiva e cognitiva) e da língua (como sistema simbólico de uma comunidade) constitui condição basilar para a plena participação social. É por intermédio da linguagem que os sujeitos acessam informações, constroem visões de mundo e produzem cultura, além de estabelecerem relações interpessoais que influenciam as representações da realidade. Em convergência, Baniwa (2006) assevera que as línguas indígenas

representam um patrimônio da humanidade, devendo ser objeto de reconhecimento, proteção e fomento pelos aparatos jurídicos nacionais.

Metodologicamente, a intervenção que, cumpre salientar, delineou-se como um projeto estruturado, não chegando à fase de execução, mas prevê uma abordagem dialógica inicial com os discentes, centrada na relevância da preservação da língua Macuxi no âmbito escolar e comunitário. Subsequentemente, propõe-se a confecção colaborativa de materiais didáticos em sala de aula, etapa na qual a mediação da docente-bolsista exercerá papel fundamental na orientação técnica. Após a produção dos materiais, planeja-se a realização de uma roda de conversa associada à aplicação de um questionário estruturado, visando avaliar o processo de ensino-aprendizagem e o repertório dos estudantes acerca das práticas culturais de sua comunidade.

A concretização do projeto pedagógico resultou do trabalho colaborativo entre bolsistas e supervisores, evidenciando um expressivo ganho de autonomia na elaboração de planejamentos

educacionais complexos. O percurso, contudo, exigiu a superação de desafios estruturais e formativos, com destaque para a necessidade de letramento digital. O domínio de ferramentas informáticas inicialmente incipiente por parte da licencianda foi desenvolvido e consolidado mediante as oficinas do programa, tornando-se uma competência indispensável para a pesquisa acadêmica e para a futura prática docente.

Considerando a matriz curricular do curso, a qual intercala etapas presenciais e o tempo-comunidade, a maior parte da práxis ocorreu no próprio território indígena. Nesse cenário, a supervisão pedagógica realizou-se de forma remota, mediada por tecnologias de informação e comunicação. O processo enfrentou limitações de conectividade inerentes à infraestrutura da região, exigindo resiliência para garantir a interlocução com a supervisão e o cumprimento das demandas acadêmicas, conciliando-as com a atuação profissional prévia da bolsista na educação escolar indígena.

Em síntese, a imersão investigativa revelou-se estritamente profícua. Do ponto de vista técnico, propiciou a apropriação das normas da ABNT e a sistematização da escrita

científica. Sob a ótica do diagnóstico institucional, evidenciou-se que as principais barreiras ao processo de ensino-aprendizagem decorrem da precariedade infraestrutural.

A ausência de um prédio escolar adequado e a adaptação de residências como salas de aula expõem os discentes a ruídos externos (como o tráfego de veículos) e às intempéries do período chuvoso, dada a estrutura aberta dos espaços. Tal cenário de vulnerabilidade impacta negativamente a concentração dos alunos, refletindo-se em deficiências de leitura e cálculo, e dificultando sobremaneira o ensino das línguas Macuxi e Wapichana, bem como de Língua Portuguesa e Matemática. Foi a partir da constatação analítica dessa realidade que se concebeu a intervenção focada na língua Macuxi.

Conclui-se, portanto, que a participação no programa incidiu diretamente na expansão do repertório acadêmico da licencianda. O engajamento assíduo nas formações e o suporte contínuo da supervisão culminaram em um amadurecimento profissional expressivo, evidenciando um

salto qualitativo significativo entre o perfil inicial de ingresso e as competências docentes consolidadas ao término deste ciclo formativo.

Considerações finais

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) desempenha uma função estruturante na formação inicial de professores. A iniciativa viabiliza aos licenciandos a inserção prática e direta na complexidade do ambiente escolar. Essa vivência proporciona uma compreensão multidimensional da docência, uma vez que possibilita a observação e o desenvolvimento de competências inerentes aos processos de ensino e aprendizagem, qualificando substancialmente a formação acadêmica.

Ademais, o programa atua como um catalisador na construção da identidade profissional do docente indígena em formação, subsidiando-o com vivências metodológicas e orientações pedagógicas. Destaca-se que a continuidade dessa política institucional é imperativa para os cursos de licenciatura, pois garante o embasamento e a instrumentalização necessários para o exercício da práxis pedagógica atual e futura. Sob essa

ótica, o PIBID configura-se como um instrumento formativo indispensável, capacitando os futuros educadores com ênfase na formação de professores indígenas para o enfrentamento dos desafios inerentes ao cotidiano escolar e para o aprimoramento da educação brasileira, com destaque para a educação escolar indígena.

As aprendizagens consolidadas durante a execução do projeto foram determinantes para a estruturação da identidade docente da bolsista. No decorrer das atividades, a apropriação de novas experiências e diretrizes propiciou a ressignificação das concepções sobre a práxis educativa. Consequentemente, as metodologias que já vinham sendo aplicadas foram readequadas, visando à otimização do processo de aprendizagem dos discentes.

Dessa forma, o repertório formativo adquirido será incorporado às práticas docentes vigentes e futuras, qualificando a

mediação do conhecimento tanto em espaços escolares quanto não escolares. Em suma, reitera-se a relevância ímpar do programa para a qualificação docente. Diante dos resultados expostos, evidencia-se a

pertinência de se fomentar a adesão de discentes ingressantes nos cursos de licenciatura a esse projeto, com especial incentivo aos acadêmicos das licenciaturas interculturais indígenas.

Agradecimentos

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pelo

seu financiamento deste trabalho.

Referências

APOLONIO FILHO, Manoel Anório. A importância da musicalização na educação infantil. **Anais do Congresso Nacional de Educação**, Maceió-AL, 2023. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2022/TRABALHO_EV174_MD1_ID10163_TB230_14062022102709.pdf Acesso em: 06 ago. 2025.

BAPTISTA, Ana Luísa Serpeloni; MOSCARDINI, Karen Alves Andrade. A importância do PIBID na formação inicial de professores. **Pro-Ensino: amostra anual das atividades de ensino da UEL**, 2019. Disponível em: <<https://anais.uel.br/portal/index.php/proensino/article/view/733/724>> Acesso em: 02 mar.2024.

BRASIL. Ministério da Educação.

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/pibid/pibid>> Acesso em: 02 mar. 2024.

FREITAS, Maria Teresa. Letramento digital e formação de professores. **Educação em Revista**, Belo Horizonte. v.26, n.03 p.335-352, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/N5RryXJcsTcm8wK56d3tM3t/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 04 mar. 2024.

GATTI, Bernadete Angelina. O professor e a avaliação em sala de aula. **Estudos em Avaliação**

Educacional. n. 27, p. 97 – 114, jan-jun/2003. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2179>> Acesso em: 05 mar. 2024.

GAUDÊNCIO, J. da S. Interculturalidade no ensino de ciências: uma revisão sistemática de literatura. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 31, n. 67, p. 325–340, 2022. DOI: 10.21879/faeeba2358-0194.2022.v31.n67.p325-340. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/faeeba/article/view/14029>. Acesso em: 6 ago. 2025.

GUIMARÃES, Roberta Figueiredo de Souza. **A importância do lúdico na aprendizagem: o uso de jogos no ensino de ciências naturais**. Belo Horizonte, 2019.

JÚNIOR, José Inácio. Língua e sociedade: ensino que liberta. *Revista Educação Pública*, v. 21, nº 31, 17 de agosto de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/31/lingua-e-sociedade-ensino-que-liberta> Acesso em: 06 ago. 2025.

Rodrigues, R. H. **Linguística aplicada: ensino de língua materna** – Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

SILVA, Anair Araújo Freitas; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ATAÍDES, Fernanda Barros. **pesquisa-ação: princípios e fundamentos**. *Revista Prisma*, v. 2, n. 1, p. 2-15, 25 dez. 2021. Disponível em: <<https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/39>> Acesso em: 03 mar. 2024.

SOUZA JUNIOR, Francisco de Assis; FERNANDES, Licia Maria Eleutério. **A importância da utilização da música na escola**. *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, nº 6, 14 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/4/a-importancia-da-utilizacao-da-musica-na-escola> Acesso em: 06 ago. 2025.

TRIFF, David. Pesquisa-ação: **uma introdução metodológica**. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/3DkbXnqBQyyq5bV4TCL9NSH/?format=pdf&lang=ptsciELO.br>> Acesso em 03 mar. 2024.

VASCONCELOS, Iana dos Santos; BENTO, Eullir da Silva; SOUZA, Jacqueline Gomes de Melo Benicio. **“Projeto PIBID interdisciplinar da Licenciatura Intercultural: a iniciação docência e a formação do professor indígena em Roraima”**. In: RABÊLO, Jairzinho; MARTINS, Luzineth Rodrigues (Org.) *Vozes do PIBID UFRR : vivências e aprendizados na prática docente*, Boa Vista, RR : Wei Editora, 2024. p. 425-443.